



Costa Oeste
Transmissora de Energia

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 14.507.191/0001-97

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
Balanços Patrimoniais	11
Balanços Patrimoniais	12
Demonstrações de Resultados	13
Demonstrações de Resultados Abrangentes	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
5. CLIENTES	23
6. ATIVO DE CONTRATO.....	24
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	24
8. FORNECEDORES	25
9. TRIBUTOS.....	25
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	27
12. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES	28
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
14. RECEITA OPERACIONAL.....	29
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	29
16. RESULTADO FINANCEIRO	30
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	33
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
20. SEGUROS	34
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 19 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A (Costa Oeste ou Companhia), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

2. COSTA OESTE EM NÚMEROS

Em milhares de reais	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	162.877	154.222	5,6
Caixa e equivalentes de caixa	15.014	10.333	45,3
Títulos e valores mobiliários	1.676	1.511	10,9
Dívida total	10.778	13.440	(19,8)
Dívida líquida	(5.912)	1.596	(470,4)
Receita operacional bruta	22.885	33.877	(32,4)
Deduções da receita	1.391	1.155	20,4
Receita operacional líquida	21.494	32.722	(34,3)
Custos e despesas operacionais	3.280	3.082	6,4
Resultado das atividades	18.214	29.640	(38,5)
Ebitda ou Lajida ^(a)	18.223	29.650	(38,5)
Resultado financeiro	459	(292)	(257,2)
IRPJ/CSLL	1.207	1.342	(10,1)
Lucro operacional	18.673	29.348	(36,4)
Lucro líquido do exercício	17.466	28.006	(37,6)
Patrimônio líquido	139.589	126.271	10,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,9	1,5	93,3
Liquidez geral (índice)	7,0	5,5	27,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	84,8	90,6	(6,4)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	7,7	10,6	(27,4)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	86,9	89,7	(3,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	81,3	85,6	(5,0)
Participação de capital de terceiros (%)	14,3	18,1	(21,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	13,8	26,7	(48,3)

^(a)Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Costa Oeste tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, consolidou-se como uma empresa comprometida em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo a primeira do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

- **Referencial Estratégico**

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Costa Oeste segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel, dos *stakeholders* e do governo paranaense. Atualmente, a Controladora está listada no Nível 1 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Controladora cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e da *New York Stock Exchange* - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.



4.1. Integridade

- **Programa de Integridade**

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul, com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;



- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR.
- Duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul da Copel Distribuição S.A, no município de Umuarama - PR;

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, ainda em agosto de 2014, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2018, foi celebrado Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a Copel GeT e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste, a Marumbi Transmissora de Energia S.A. e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas S.A para a Copel GeT, ficando esta com 100% das ações da Costa Oeste.

5.1. Sistema de Transmissão

O sistema elétrico da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, em agosto de 2014, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012.

Reforços nas instalações:

- Foram instaladas duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul através de parecer de acesso obtido da Aneel pela Copel Distribuição S.A.
- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 7.172/2018, autorizando a Companhia a implantar reforços nas demais instalações de transmissão de energia elétrica - DIT, sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 01 (um) Banco de Capacitores em 138 kV, 30 MVar, Substituição do Disjuntor de Interconexão de Barras e Conexões, na Subestação Umuarama Sul e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 0,8 milhões.
- A implantação do Banco de Capacitores 138kV – 30MVar foi concluída em setembro de 2020, sendo que o referido reforço entrou em operação comercial na data de 15.09.2020.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias							
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 001/2012	100,0%						
LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste		CS	230kV	29	-		
LT Cascavel Norte - Umuarama Sul		CS	230 kV	130	-	31.08.2014	12.01.2042
SE Umuarama		-	230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Total				159	300		

As concessões de transmissão em operação em 31.12.2023 geram atualmente uma RAP à Costa Oeste de R\$ 19 milhões.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degraú da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias						
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.						
Contrato nº 001/2012						
LT Cascavel Oeste - Umuarama Sul	100%	18.997	18.997	não aplicável	Julho	IPCA
SE Umuarama						
Total		18.997	18.997			

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

RAP Realizada e Esperada

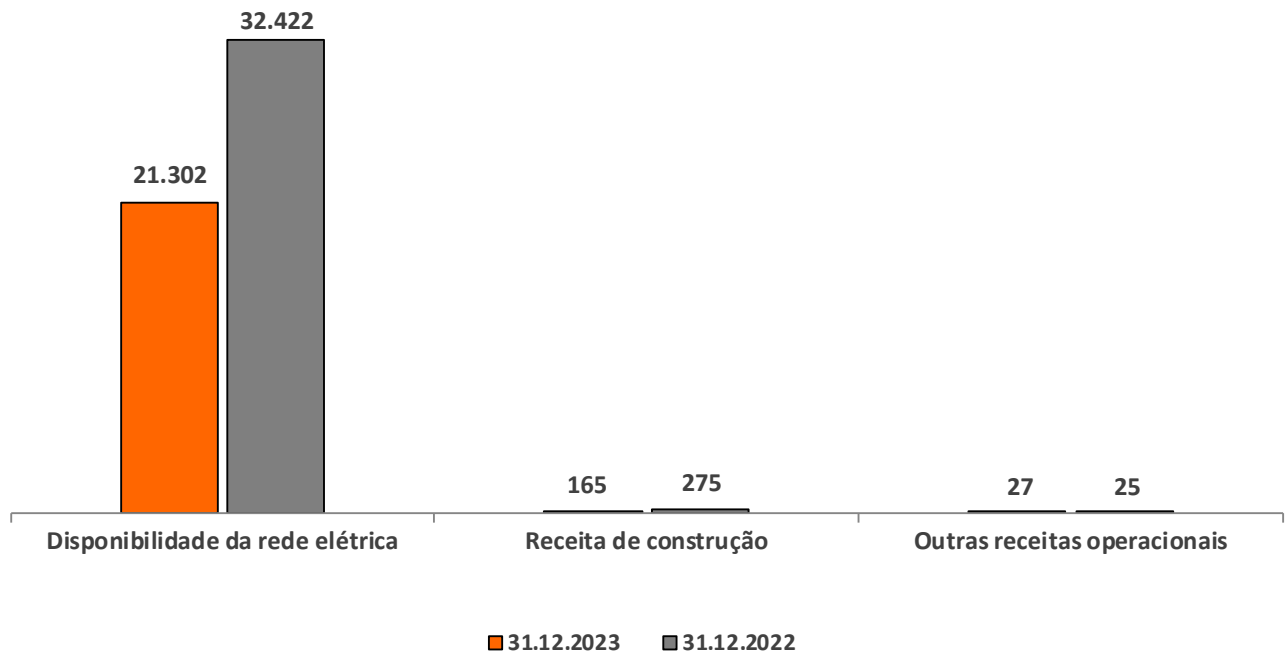
Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Integral							
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2012	18.285	18.285	18.997	19.494	19.494	19.494	19.494
TOTAL	18.285	18.285	18.997	19.494	19.494	19.494	19.494

* Valores correntes nominais até 2023. A partir de 2024, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2023.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

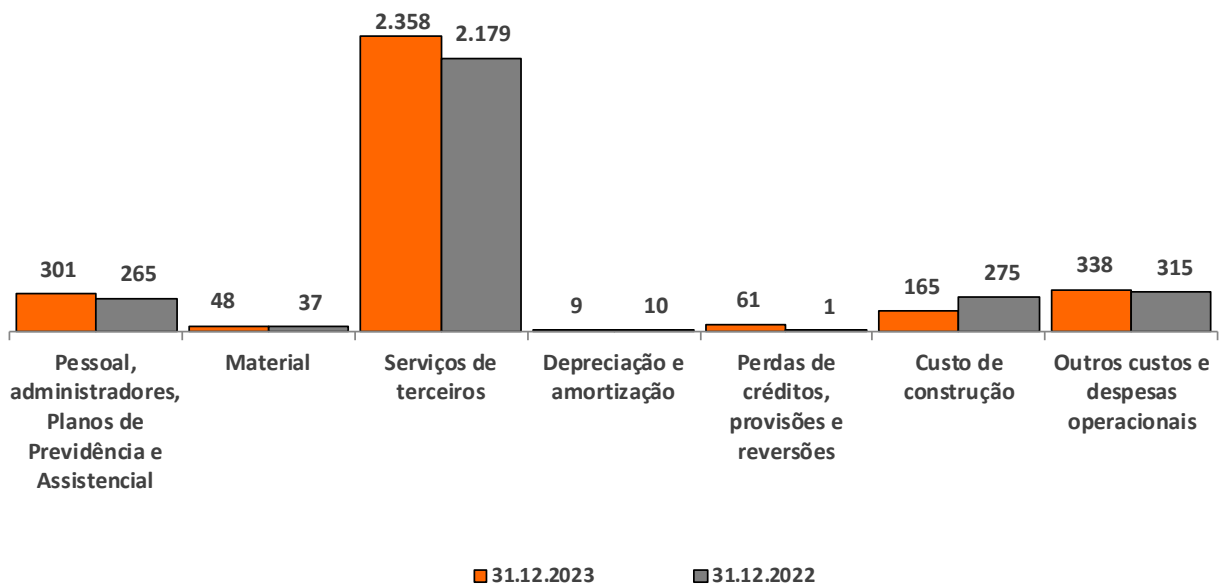
6.1. Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R\$ 11.228, representando 34,3% de redução em relação a 2022 devido principalmente a revisão tarifária ocorrida em 2022:



6.2. Custos e Despesas Operacionais

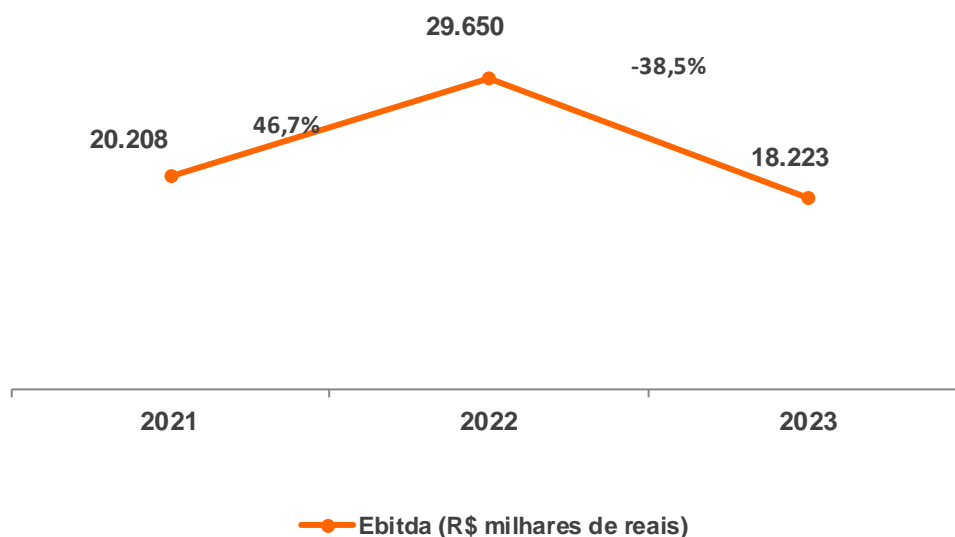
Em 2023, os Custos e Despesas Operacionais teve acréscimo de R\$ 173, representando 6,4% de aumento em relação a 2022 devido ao aumento do valor de serviços de terceiros no período:



6.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Lucro líquido	17.466	28.006	18.510
Despesas com tributos sobre os lucros	1.207	1.342	818
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(459)	292	869
Lajir/Ebit	18.214	29.640	20.197
Depreciação e Amortização	9	10	11
Lajida/Ebitda	18.223	29.650	20.208
Receita Operacional Líquida - ROL	21.494	32.722	23.364
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	84,78%	90,61%	86,49%

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R\$ 18.223 apresentando redução de R\$ 11.427 ou 38,5% em relação a 2022 impactado principalmente pela revisão tarifária ocorrida em 2022.



6.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 751 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.014	10.333
Clientes	5	2.123	1.773
Ativos de contrato	6	3.339	2.926
Outros créditos		253	4
Imposto de renda e contribuição social		188	117
Despesas antecipadas		76	63
		20.993	15.216
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	1.676	1.511
Ativos de contrato	6	140.184	137.215
Outros créditos		-	247
		141.860	138.973
Intangível		24	33
		141.884	139.006
TOTAL DO ATIVO		162.877	154.222

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	76	79
Fornecedores	8	235	209
Imposto de renda e contribuição social	9	155	140
Outras obrigações fiscais	9	75	62
Empréstimos e financiamentos	10	2.221	2.805
Dividendos a pagar	8	4.148	6.651
Encargos setoriais a recolher		81	66
Pesquisa e desenvolvimento	11	259	21
Outras contas a pagar		9	9
		7.259	10.042
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.864	4.648
Empréstimos e financiamentos	10	8.557	10.635
Pesquisa e desenvolvimento	11	175	356
Provisões para litígios	12	2.433	2.270
		16.029	17.909
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	73.000	53.000
Reserva legal	13.3	6.612	5.739
Reserva de retenção de lucros	13.3	47.532	67.532
Dividendo adicional proposto	13.4	12.445	-
		139.589	126.271
TOTAL DO PASSIVO		162.877	154.222

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	21.494	32.722
Custos Operacionais	15	(2.534)	(2.428)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		18.960	30.294
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		(61)	-
Despesas gerais e administrativas		(615)	(588)
Outras despesas operacionais		(70)	(66)
		(746)	(654)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		18.214	29.640
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.519	926
Despesas financeiras		(1.060)	(1.218)
		459	(292)
LUCRO OPERACIONAL		18.673	29.348
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(991)	(644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(216)	(698)
		(1.207)	(1.342)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.466	28.006
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais		0,26252	0,55395

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.466	28.006
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	17.466	28.006

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		46.850	4.339	53.727	-	-	104.916
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.006	28.006
Aumento de capital		6.150	-	(6.150)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	1.400	-	-	(1.400)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.651)	(6.651)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	19.955	-	(19.955)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		53.000	5.739	67.532	-	-	126.271
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.466	17.466
Aumento de capital		20.000	-	(20.000)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	873	-	-	(873)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(4.148)	(4.148)
Dividendo adicional proposto	13.3	-	-	-	12.445	(12.445)	-
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.000	6.612	47.532	12.445	-	139.589

-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		17.466	28.006
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias não realizadas - líquidas		1.062	1.219
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(18.183)	(31.062)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	991	644
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	216	698
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	181	150
Depreciação e amortização	15	9	10
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	61	1
		1.803	(334)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		14.718	13.565
Outros créditos		(2)	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(71)	(82)
Despesas antecipadas		(13)	(22)
		14.632	13.462
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(3)	(2)
Fornecedores		(139)	(240)
Outras obrigações fiscais		13	7
Encargos setoriais a recolher		15	2
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(141)	(104)
Outras contas a pagar		-	4
		(255)	(333)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.180	12.795
Imposto de renda e contribuição social pagos		(976)	(610)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(933)	(1.114)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		14.271	11.071
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(165)	(146)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(165)	(146)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.773)	(2.950)
Dividendos pagos		(6.651)	(4.396)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.424)	(7.346)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.682	3.579
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	10.333	6.754
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	15.014	10.333
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.681	3.579

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022** **em milhares de reais**

1. Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 11.01.2042.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.



2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de

financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua *performance*, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica - RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.



3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.



Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023)

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	669	1.054
Aplicações financeiras de liquidez imediata	14.345	9.279
	15.014	10.333

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São as operações de alta liquidez, sem restrições de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação são remuneradas entre 97,5% e 101,0% (96,0% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso da rede elétrica	1.851	200	133	2.184	1.777
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(61)	(61)	(4)
	1.851	200	72	2.123	1.773

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de Contrato

Em 1º.01.2022	122.465
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(13.895)
Apropriação de litígios	234
Remuneração	17.792
Receita de construção	275
Ganho por eficiência (6.1)	13.270
Em 1º.01.2023	140.141
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(15.129)
Apropriação de litígios	163
Remuneração	18.183
Receita de construção	165
Em 31.12.2023	143.523
	Circulante
	3.339
	Não circulante
	140.184

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária do contrato de Costa Oeste, apurando um ganho de R\$ 13.270

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2023	31.12.2022
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração	8,91% a.a.	8,91% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	23.708	18.285

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 10).



Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	1.676	1.511
		1.676	1.511
	Não circulante	1.676	1.511

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

9. Tributos

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	155	140
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	60	50
Outros tributos	15	12
	230	202
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.532	4.428
Rendimentos de aplicações financeiras	332	220
	4.864	4.648

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2024	(297)
2025	(297)
2026	(297)
2027	(297)
2028	(297)
2029 a 2031	(753)
a partir de 2023	(2.626)
	(4.864)

9.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	19.509	19.509	16.173	16.173
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.561	2.341	1.294	1.941
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	1.519	1.519	475	475
(-) Receita financeira provisionada	(329)	(329)	-	-
Outras receitas	28	28	26	26
(=) Base de cálculo	2.779	3.559	1.795	2.442
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	671	320	424	220
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	3.381	3.381	17.676	17.676
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	270	406	1.414	2.121
Receita financeira provisionada	329	329	453	453
(=) Base de cálculo	599	735	1.867	2.574
Imposto de renda e contribuição social diferidos	150	66	466	232

10. Empréstimos e financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
BNDES							
13212221 - A	03.12.2013	168	30.11.2028	1,95% + TJLP	27.634	10.778	12.842
13212221 - B	03.12.2013	106	30.09.2023	3,50%	9.086	-	598
						10.778	13.440
Circulante						2.221	2.805
Não circulante						8.557	10.635

Destinação: Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.

Garantias: Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2025	2.185
2026	2.185
2027	2.185
2028	2.002
8.557	

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Em 01.01.2022	16.294
Encargos e variação monetária	1.210
Amortização - principal	(2.950)
Pagamento - encargos	(1.114)
Em 31.12.2022	13.440
Encargos e variação monetária	1.044
Amortização - principal	(2.773)
Pagamento - encargos	(933)
Em 31.12.2023	10.778

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT	-	6	-	6	12
MME	-	3	-	3	6
P&D	248	2	175	425	359
	248	11	175	434	377
			Circulante	259	21
			Não circulante	175	356

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2022	9	5	308	322
Constituições	60	30	60	150
Juros	-	-	9	9
Recolhimentos	(57)	(29)	(18)	(104)
Em 1º.01.2023	12	6	359	377
Constituições	72	36	73	181
Juros	-	-	17	17
Recolhimentos	(78)	(39)	(24)	(141)
Em 31.12.2023	6	3	425	434



12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2023 o saldo de Provisões para litígios de R\$ 2.433 (R\$ 2.270 em 31.12.2022) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não possui passivos contingentes.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R\$ 73.000 (R\$ 53.000 em 31.12.2022) é composto por 73.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

13.2 Resultado por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	17.466	28.006
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	66.534.247	50.556.849
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,26252	0,55395

13.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

Conforme estabelecido no art. 199 da lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

13.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	17.466	28.006
Reserva legal (5%)	(873)	(1.400)
	16.593	26.606
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	4.148	6.651
Dividendo adicional proposto (*)	12.445	-
	16.593	6.651
Valor do dividendo por ação	0,000249	0,000132

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

14. Receita Operacional

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de operação e manutenção - O&M	7.504	6.721
Receita de juros efetivos	15.188	26.856
Receita de construção (a)	165	275
Outras receitas	28	25
(-) PIS/Pasep e Cofins	(712)	(590)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(181)	(150)
(-) Encargos setoriais	(498)	(415)
	21.494	32.722

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção e a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.1.

15. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	-	-	(269)	-	(269)	(239)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(32)	-	(32)	(26)
Material	(2)	-	(46)	-	(48)	(37)
Serviços de terceiros	(2.304)	-	(54)	-	(2.358)	(2.179)
Depreciação e amortização	-	-	(9)	-	(9)	(10)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(61)	-	-	(61)	(1)
Custo de construção	(165)	-	-	-	(165)	(275)
Outros custos e despesas operacionais	(63)	-	(205)	(70)	(338)	(315)
	(2.534)	(61)	(615)	(70)	(3.280)	(3.082)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.514	922
Rendimento sobre depósitos judiciais	3	-
Acréscimos moratórios sobre faturas	2	4
	1.519	926
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.044	1.210
Outras despesas financeiras	16	8
	1.060	1.218
Líquido	459	(292)

17. Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	15.014	15.014	10.333	10.333
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	1.676	1.676	1.511	1.511
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.123	2.123	1.773	1.773
Total dos ativos financeiros			18.813	18.813	13.617	13.617
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		235	235	209	209
Empréstimos e financiamentos (c)	10		10.778	10.125	13.440	12.338
Total dos passivos financeiros			11.013	10.360	13.649	12.547

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	15.014	10.333
Títulos e valores mobiliários (a)	1.676	1.511
Clientes (b)	2.123	1.773
	18.813	13.617

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	253	502	2.204	10.038	-	12.997
Fornecedores	-	235	-	-	-	-	235
		488	502	2.204	10.038	-	13.232
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	333	662	2.727	10.861	2.108	16.691
Fornecedores		209	-	-	-	-	209
		542	662	2.727	10.861	2.108	16.900

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,0% e TJLP – 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.676	1.827	1.789	1.751
		1.676	1.827	1.789	1.751
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(10.778)	(693)	(866)	(1.040)
		(10.778)	(693)	(866)	(1.040)

18. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	10.778	13.440
(-) Caixa e equivalentes de caixa	15.014	10.333
(-) Títulos e valores mobiliários	1.676	1.511
Dívida líquida	(5.912)	1.596
Patrimônio líquido	139.589	126.271
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	(0,04)	0,01

19. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controlador								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Dividendos	-	-	4.148	6.651	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	11	12	-	-	137	125	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	192	186	-	-	(2.256)	(2.089)
Serviços de engenharia do proprietário	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento	-	-	55	58	-	-	-	-
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (a)	-	-	10.778	13.440	-	-	(1.044)	(1.210)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão								
Rede básica e conexão	680	535	-	-	5.982	5.191	-	-
Compartilhamento	-	-	17	17	-	-	-	-
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	5	5	-	-	57	52	-	-
UEG Araucária Ltda.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	1	-	-	-	12	-	-
Eólicas (b)								
Compartilhamento	-	-	4	4	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	6	15	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)

(a) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Nomeados	24.08.2024	19.670

(a) O valor da importância segurada foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.



Curitiba, 19 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

